

A PROBLEMÁTICA DA POLÍTICA SOCIAL

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Problemática da Política Social

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P962 A problemática da política social [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-148-0

DOI 10.22533/at.ed.480192202

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas sociais – Brasil.
3. Política pública – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“O que transformou o mundo não foi a utopia. Foi a necessidade.”

José Saramago

Um dos maiores desafios dos governos na atualidade é a demonstração de eficiência na prestação de serviços e implementação de políticas públicas. As estruturas governamentais são, em todos os níveis de atuação, complexos sistemas organizacionais, os quais se apoiam em recursos humanos, equipamentos, tecnologia, e outros meios, com o objetivo de operar a diversidade de serviços à sociedade. Além de dar conta dos déficits sociais acumulados, sobretudo no caso de países em desenvolvimento, os governos lidam com interesses sociais, econômicos e políticos distintos que refletem a diversidade da sociedade. Deve-se compreender que os problemas sociais são multidimensionais e, por essa razão, sua resolutividade não está restrita a um único setor ou a mudanças meramente técnicas e administrativas na gestão pública, mas na superação da configuração fragmentada e desarticulada em que se encontram as políticas públicas. Travar o debate acerca da configuração das políticas sociais, considerar que existe um grande desafio a ser enfrentado, pois compreensão à base de uma leitura crítica que envolve reconhecer a importância da historicidade dos fenômenos que se manifestam na sociedade capitalista e o seu desvendamento dialético. Pereira (2011, p. 2), aborda que “a política social constitui um processo internamente contraditório, que ao mesmo tempo atende interesses opostos”, demandando assim esforços fincados no conhecimento dos seus movimentos, tendências e não convergências para que estratégias políticas possam favorecer a extensão da democracia e da cidadania. Para analisar o debate acerca da política social é necessário não só o entendimento da sua pertinência para o atual contexto de implementação das políticas públicas, como também é imprescindível a reflexão das abordagens conceituais sobre a referida temática. Esta discussão é entendida aqui como um processo que extrapola o âmbito da dimensão técnica, tendo como conjugação as dimensões políticas, ideológicas e culturais. Certas limitações têm perpassado os estudos voltados para essa temática, principalmente em relação ao entendimento da dimensão histórica e política que este debate exige. Embora a perspectiva da política social seja um elemento recente na agenda das políticas sociais, esta tem sido considerada como uma possibilidade de enfrentamento das problemáticas estruturais advindas do isolamento e fragmentação das políticas sociais brasileiras.

No artigo **A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO** as autoras Cláudia Maria Costa Gomes, Maria da Conceição da Silva Cruz, Ana Karoline Nogueira de Souza, Ana Manoela da Silva Lima, analisam, em particular, o período designado como a era Lula (2003-2016), em que o país apresentou uma melhora crescente nos indicadores sociais e econômicos. No artigo **A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA**

IDOSA, os autores Sara do Nascimento Martins, Regiane de Nazare de Sousa Rocha, Maria Leonice da Silva de Alencar, Edinalva Pinto Poça buscam realizar uma análise conceitual sobre o envelhecimento e a educação permanente, e também sobre a implementação das políticas sociais que foram cruciais para garantir e efetivação de direitos sociais da pessoa idosa. No artigo **A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL**, a autora Ketnen Rose Medeiros Barreto, Faz uma discussão sobre a ideia de controle social a partir dos estudos realizados junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). No artigo **A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG**, os autores Ednéia Alves de Oliveira, Nelson Machado Pinho Junior realiza um levantamento dos programas e projetos em desenvolvimento na cidade e para qual público eles eram destinados, corroborando a hipótese de que tais políticas são direcionadas a jovens, na sua maioria, pobres e da periferia, promovendo renda baixa e não inserção no mercado de trabalho. No artigo **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**, a autora Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira explanar sobre a precarização do trabalho e discorrer sobre as suas expressões a nível mundial. Para tanto, referencia-se na teoria social crítica. No artigo **AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS**, analisa a presença das políticas sociais no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando identificar as concepções orientadoras e os investimentos realizados no sentido de viabilizar as propostas apresentadas. No artigo **CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA**, a autora Daniela de Carvalho Ciriaco trata de alguns elementos que auxiliam na compreensão da formação brasileira a partir da expansão do capitalismo e de como os processos que decorrem deste, as reformas neoliberais são implementados tardiamente trazendo sérias consequências para a efetivação das políticas sociais e para as condições de reprodução da classe trabalhadora. No artigo **CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO**, as autoras Mari Aparecida Bortoli, Carlos Nelson dos Reis, Heloísa Teles busca discutir a relação entre as condições de vida e as estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho engendradas pelos/as catadores/as de materiais recicláveis que atuam na coleta seletiva. No artigo **DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO**, os autores Ariele Azevedo da Silva Vieira, Leonardo Barcelos Vieira, Angela Maria Caulyt Santos da Silva refletiu-se sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social frente às políticas sociais que contribuem para a resistência e preservação do Congo enquanto rica e expressiva manifestação cultural, na formação histórico-cultural do povo capixaba. No artigo **DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL** as autoras Ermildes Lima da

Silva, Louise Oliveira Ramos Machado buscaram ao longo do trabalho apresentar algumas inquietações, potencialidades e os desafios da supervisão de estágio na atual conjuntura caracterizada pela mercantilização e precarização da educação superior e das condições de trabalho e os rebatimentos no processo de formação profissional. No artigo **A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA – MG** o autor Nelson Machado Pinho Junior Este trabalho tem por objetivo refletir acerca da relação público-privado na gestão da Política de Assistência Social no município mineiro de Juiz de Fora, através da análise da dimensão do orçamento. No artigo **ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF** a autora Cassiana Ferreira Simões O presente trabalho analisou o acesso e as condições de permanência dos alunos das universidades públicas federais após a implementação das políticas de democratização do acesso Educação Superior, sobretudo, a Política de Ação Afirmativa. Para tanto, o campo para a realização da pesquisa foi o ESR/UFF, em que foram alvos os estudantes ingressos por meio das ações afirmativas, nas modalidades concernentes às cotas sociais, no período de 2013 a 2016.

No artigo **ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO**, os autores Letícia Batista da Silva, Luanda Café Santana dos Santos, Tarcila Freitas de Sousa desenvolve-se uma reflexão sobre o padrão de financiamento da política de saúde no Brasil, para a compreensão das condições objetivas e materiais ao trabalho em saúde. No artigo **ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE** os autores Bruno Moretti, Ana Paula Menezes do Rego buscam examinar a evolução das despesas federais de saúde entre 2014 e 2018. Procura-se mostrar o impacto da crise sobre tais despesas, revelando como a austeridade constrange a ação do Estado, tendência intensificada com a Emenda Constitucional que limita as despesas primárias aos valores do ano anterior, ajustados pela inflação. No artigo **POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS** os autores Danielle Galdino, Cristiano Guedes trazem o resultado de uma pesquisa de mestrado que mostra a história do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, seus desafios e limites, o perfil e as necessidades dos protegidos, o significado de proteção adotado por ele e quais necessidades humanas consegue atender. No artigo **QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO**, o autor Tauã Lima Verdán Rangel analisar o banco de alimentos, típico equipamento público de alimentação brasileiro, na promoção do direito humano à alimentação adequada e promoção de acessibilidade e disponibilidade a tal direito. No artigo **RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017**, as autoras Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz e Flávia Abud Luz propõem-se a refletir sobre o racismo institucional no Brasil; um mecanismo fundado no poder e utilizado via

de regra e historicamente para dominar raças, povos, etnias de cor diferenciada (fator biologizante). No artigo **REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA** Rosimary de Souza Lourenço, Marlene de Deus Lima, Yoshiko Sasaki, buscam discutir sobre a educação e sua relação com o processo de ampliação de cidadania implica em conhecer a concepção de educação e a natureza e intervenção do Estado. No artigo **SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO**, as autoras Michele Ribeiro de Oliveira, Renata Lígia Rufino Neves de Souza. buscam discutir o Programa Mulheres Mil como parte das estratégias da política social com foco no enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais assumidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), as quais não se resumem a políticas compensatórias — via transferência direta de renda aos mais necessitados —, mas incorpora políticas estruturais, tais como ampliação ao acesso à educação e ao crédito. No artigo **TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS**, autora Hamida Assunção Pinheiro busca trazer a discussão das tramas e os dramas que envolvem o trabalho dos oleiros do estado do Amazonas, dando destaque às condições de trabalho e de vida destes trabalhadores. No artigo **VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL**, a autora **Wilma Lúcia Rodrigues Pessoa** analisa a articulação entre o racismo e a violência institucional do Estado Brasileiro na promoção do genocídio da juventude negra como componente estrutural da opressão de classe. Parto da consideração do que foi a constituição do racismo no Brasil suas especificidades e sua relação com o processo de expansão do capitalismo em escala global.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Cláudia Maria Costa Gomes	
Maria da Conceição da Silva Cruz	
Ana Karoline Nogueira de Souza	
Ana Manoela da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4801922021	
CAPÍTULO 2	17
A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA	
Sara do Nascimento Martins	
Regiane de Nazare de Sousa Rocha	
Maria Leonice da Silva de Alencar	
Edinalva Pinto Poça	
DOI 10.22533/at.ed.4801922022	
CAPÍTULO 3	26
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL	
Ketnen Rose Medeiros Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.4801922023	
CAPÍTULO 4	38
A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG	
Nelson Machado Pinho Junior	
Ednéia Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922024	
CAPÍTULO 5	51
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	
Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922025	
CAPÍTULO 6	60
AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.4801922026	
CAPÍTULO 7	74
CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA	
Daniela de Carvalho Ciriaco	
DOI 10.22533/at.ed.4801922027	

CAPÍTULO 8	88
CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	
Mari Aparecida Bortoli Carlos Nelson dos Reis Heloísa Teles	
DOI 10.22533/at.ed.4801922028	
CAPÍTULO 9	103
DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO	
Ariele Azevedo da Silva Vieira Leonardo Barcelos Vieira Angela Maria Caulyt Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4801922029	
CAPÍTULO 10	117
DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	
Ermildes Lima da Silva Louise Oliveira Ramos Machado	
DOI 10.22533/at.ed.48019220210	
CAPÍTULO 11	128
A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORÁ - MG	
UMA ANÁLISE DO ORÇAMENTO MUNICIPAL	
Nelson Machado Pinho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48019220211	
CAPÍTULO 12	140
ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF	
Cassiana Ferreira Simões	
DOI 10.22533/at.ed.48019220212	
CAPÍTULO 13	150
ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO	
Letícia Batista da Silva Luanda Café Santana dos Santos Tarcila Freitas de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220213	
CAPÍTULO 14	161
ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE	
Bruno Moretti Ana Paula Menezes do Rego	
DOI 10.22533/at.ed.48019220214	

CAPÍTULO 15	174
POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS	
Danielle Galdino Cristiano Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.48019220215	
CAPÍTULO 16	188
QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO	
Tauã Lima Verdán Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.48019220216	
CAPÍTULO 17	201
RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017	
Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz Flávia Abud Luz	
DOI 10.22533/at.ed.48019220217	
CAPÍTULO 18	210
REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	
Rosimary de Souza Lourenço Marlene de Deus Lima Yoshiko Sasaki	
DOI 10.22533/at.ed.48019220218	
CAPÍTULO 19	222
SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO	
Michele Ribeiro de Oliveira Renata Lúgia Rufino Neves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.48019220219	
CAPÍTULO 20	234
TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS	
Hamida Assunção Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.48019220220	
CAPÍTULO 21	246
VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL	
Wilma Lúcia Rodrigues Pessôa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220221	
SOBRE A ORGANIZADORA	255

CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA

Daniela de Carvalho Ciriaco

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social
Juiz de Fora - MG

RESUMO: A constituição do capitalismo mundial é um processo que se torna realizável com a emergência da América. A articulação de formas de controle do trabalho distintas voltadas para os interesses do mercado mundial determina a formação de um novo padrão de poder, que domina e caracteriza não só as relações de produção, mas a cultura e a subjetividade dos países dominados. O subdesenvolvimento não é uma condição referente a uma etapa que se pode avançar, mas uma condição imposta pela própria estrutura do capitalismo. É partindo dessa compreensão que este trabalho visa apresentar algumas reflexões de como as políticas sociais em países de capitalismo dependente, mais especificamente no Brasil, apresenta particularidades que precisam ser consideradas e analisadas. Para isso, traremos alguns elementos que auxiliam na compreensão da formação brasileira a partir da expansão do capitalismo e de como os processos que decorrem deste, as reformas neoliberais são implementados tardiamente trazendo sérias consequências para a efetivação das políticas sociais e para as condições de reprodução da

classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo dependente; Brasil; neoliberalismo; políticas sociais.

ABSTRACT: The constitution of world capitalism is a process that becomes achievable with the emergence of America. The articulation of different forms of labor control aimed at the interests of the world market determines the formation of a new pattern of power that dominates and characterizes not only the relations of production but the culture and subjectivity of the dominated countries. Underdevelopment is not a condition concerning a stage that can be advanced, but a condition imposed by the very structure of capitalism. It is based on this understanding that this paper aims to present some reflections on how social policies in countries of dependent capitalism, more specifically in Brazil, presents particularities that need to be considered and analyzed. For this, we will bring some elements that help in the understanding of the Brazilian formation from the expansion of capitalism and how the processes that flow from it, neoliberal reforms, for example, are implemented late with serious consequences for the effectiveness of social policies and for the Conditions of reproduction of the working class.

KEYWORDS: Dependent capitalism; Brazil; Neoliberalism; social politics.

1 | INTRODUÇÃO

Em 2016, segundo os dados do IBGE, a taxa de desemprego no Brasil cresceu 36% em relação a 2015, atingindo 12%. Foram fechados 2,255 milhões de postos de trabalho. No trabalho informal, em janeiro de 2017 houve uma perda de 902 mil vagas comparadas com o mesmo período em 2016. No trabalho doméstico foram 177 mil postos de trabalho fechados. No segundo trimestre de 2018, o desemprego atingiu 27,6 milhões de pessoas. Ou seja, uma crescente taxa de desemprego.

Fim das contratações da faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida, congelamento dos gastos públicos por 20 anos, reforma da previdência, reforma trabalhista. São essas algumas das medidas adotadas para o enfrentamento da crise. É esta a realidade a que estão submetidos a maior parte da população brasileira.

O crescimento do desemprego, do trabalho informal e a precarização do trabalho vem acompanhado da retração das políticas sociais, do corte de gastos públicos e de reformas que comprometem as condições de reprodução da classe trabalhadora.

Em sua história, o Brasil traz uma série de elementos que auxiliam na compreensão dessa oscilação das políticas sociais frente às necessidades do capital. Não ter vivenciado o chamado Estado de Bem Estar Social é um fator que contribui para que o sistema de proteção brasileiro esteja ainda mais subjugado ao mercado.

O enfrentamento das expressões da questão social numa perspectiva democrática está associado ao processo de redemocratização que marca o fim dos regimes ditatoriais. No entanto, as garantias e avanços expressos na Constituição de 1988 vieram acompanhados de políticas neoliberais que impediram a realização e efetivação dos direitos por ela previstos. (SOARES, 2014).

Dentre as medidas sinalizadas pelo projeto neoliberal, as “reformas” do Estado tiveram papel central. Exatamente porque por meio delas teria um maior controle dos gastos sociais do Estado e maior flexibilidade e liberdade para as ações do mercado. No entanto, ao analisar esse processo, Behring e Boschetti (2011) denominam essas “reformas” propagadas pelas autoridades, de contrarreformas porque vão em direção oposta das reformas democráticas garantidas na Constituição de 1988.

Na contemporaneidade essas contrarreformas continuam impossibilitando a materialização dos direitos garantidos na Carta Constitucional o que repercute diretamente na realidade da classe trabalhadora, que está submetida aos interesses do capital. Isto se evidencia pelo tripé do neoliberalismo para as políticas sociais – privatização, focalização/seletividade e descentralização. Tudo que o capital necessita para continuar se reproduzindo. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

A perversidade da adoção das políticas de ajuste neoliberais acompanhada de toda a trajetória histórica, econômica, política e social da América Latina configura um quadro alarmante, visto que em suas bases históricas a marca da desigualdade sempre prevaleceu.

A principal manifestação da estrutura social latino-americana é a desigualdade.

Sua constituição tem raízes históricas que vão desde o colonialismo e, em alguns países como o Brasil, a escravidão; raízes políticas, ligadas ao profundo conservadorismo das elites mantenedoras do poder econômico e político, e raízes econômicas, determinadas por um padrão de desenvolvimento capitalista tardio, periférico e dependente, cujo modelo econômico sempre foi concentrador e gerador de desigualdades. Essas raízes se combinam entre si e seus componentes estruturais se reproduzem ao longo da história dos países latino-americanos. Além da sua configuração estrutural, a análise da desigualdade social na região também precisa levar em consideração o impacto que as diferentes conjunturas históricas, políticas e econômicas tiveram sobre essa base social profundamente desigual. (SOARES, 2014, p. 2).

Essa marca que caracteriza este conjunto de países não é ocasional, natural. Pelo contrário, ela indica não só um elemento interno, mas possibilita a compreensão da lógica que estrutura o mundo. A desigualdade não está presente somente na América Latina, como é o eixo estruturante da sociabilidade do capital.

“Na América a escravidão foi deliberadamente estabelecida e organizada como mercadoria para produzir mercadorias para o mercado mundial e, desse modo, para servir aos propósitos e necessidades do capitalismo”. (QUIJANO, 2005, p. 126). É essa articulação da atuação de todas as formas de trabalho em torno das necessidades do capital e do mercado mundial que configuram o capitalismo. É certo que o capital não nasce com a América, mas é por meio dela que ele se consolida, pois encontra as possibilidades para sua concretização realizadas. A articulação e o controle das formas de trabalho e o alcance global.

Nesse processo é possível identificar que o capitalismo se desenvolve de maneira distinta em cada localidade. Não pela disposição geográfica, ou por condições internas dos Estados, mas pela relação de forças existentes entre as burguesias nacionais. Isto, porque os países não só participam do modo de produção de forma diferente como também da apropriação do excedente produzido. (WALLERSTEIN, 2001). Essa distribuição desigual do excedente acentua as diferenças entre as regiões, já que há uma série de mecanismos utilizados para a concentração do excedente nos países centrais, submetendo as demais regiões a uma relação de dependência e subordinação.

Para compreender esse movimento, utilizaremos as contribuições de Marini (1973) sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente. Este caminho nos auxilia na compreensão das particularidades assumidas pelas políticas sociais nos países dependentes, possibilitando uma visão do presente ancorada no processo histórico de sua constituição situada num processo mais amplo que é o próprio capitalismo e na sua dinâmica mundial.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 América Latina e Capitalismo Dependente

Na América Latina, após a II Guerra Mundial surgiram algumas teorias que buscavam analisar a economia local comparada com as economias dos outros países. Dentre elas podemos citar a teoria do desenvolvimento e a teoria da dependência. A primeira tinha o intuito de identificar os obstáculos que impediam a realização plena da modernidade. A segunda surge no contexto de crise da primeira e buscava compreender as limitações de uma forma de desenvolvimento em que o capitalismo mundial já estava constituído.

Neste processo de subordinação ao capital mundial, a contribuição inicial da América Latina residiu no aumento do fluxo de mercadorias e expansão dos meios de pagamento, possibilitando o desenvolvimento do capital bancário e comercial da Europa. A sustentação do sistema manufatureiro europeu criou os caminhos necessários para a formação das indústrias. Com a Revolução Industrial e a Independência política da América Latina os fluxos de mercadorias e capitais passam a ter como referência a Inglaterra. Nesse processo, atendendo os requerimentos da metrópole inglesa, os países começam a exportar bens primários em troca de manufaturas de consumo (MARINI, 1973).

Essa relação da América Latina com o centro capitalista europeu está inserida na divisão internacional do trabalho. A qual determina a forma de desenvolvimento das regiões. São essas relações inseridas nessa divisão que configura a dependência.

Entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 1973, p. 2).

O desenvolvimento industrial requer uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, de modo que permita a especialização de parte da sociedade na atividade industrial. Isto significa que o desenvolvimento industrial na Europa só se tornou possível pelas funções desempenhadas pela América Latina neste processo. A constituição de uma classe operária industrial ocupada na indústria e nos serviços só pode se realizar porque contava com os meios de subsistência de origem agropecuária proporcionados pelos países latino-americanos. (MARINI, 1973).

Com o crescimento da classe trabalhadora nos países centrais e a elevação da produção houve um aumento também de matérias primas voltado para o processo de produção. Essa função não é a única exercida pela América Latina na economia mundial. Além desse crescimento quantitativo da exportação de matéria prima, ela contribuiu para o deslocamento da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa no eixo de acumulação na economia industrial. É exatamente nessa questão que reside

uma característica que marca a produção latino-americana. Embora a acumulação dependa mais do aumento da capacidade produtiva do que unicamente da exploração do trabalhador e essa seja uma mudança qualitativa nos países centrais, na produção latino-americana o processo se dá exatamente por uma maior exploração do trabalhador.

Essa passagem para a produção de mais-valia relativa nos países centrais se caracteriza pela exploração da força de trabalho por meio de técnicas de produção. Essa mais-valia relativa não está unicamente relacionada à produtividade. Ao aumentar a produtividade, o trabalhador produzirá mais produtos no mesmo tempo, diminuindo o valor de cada mercadoria em relação as condições gerais que lhe foram atribuídas. Esse processo garante ao capitalista uma mais-valia superior aos outros concorrentes, denominada mais-valia extraordinária. (MARINI, 1973).

A mais-valia extraordinária altera a divisão da mais-valia entre os capitalistas, mas não incide na taxa de mais-valia. Se há uma uniformização da taxa de produtividade por meio da adesão de todos os capitalistas à técnica ou procedimento que possibilitou maior produtividade, haverá assim um aumento da produtividade, mas ao mesmo tempo uma diminuição da mais-valia. Isto, porque a taxa de mais-valia não é determinada pela produtividade, mas pela relação entre o tempo de trabalho excedente e necessário, pelo nível de exploração da força de trabalho. É o aumento do tempo de trabalho excedente que pode alterar a taxa de mais-valia. Para que isso ocorra, é preciso que a redução do valor social das mercadorias altere os bens necessários para a reprodução da força de trabalho. Assim, a produtividade contribui, mas não determina a mais-valia relativa, já que está ligada a desvalorização dos bens-salário. (MARINI, 1973).

A compreensão desse movimento é indispensável para entender como a América Latina contribui para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Como mencionado anteriormente, aos países latino-americanos foi confiado o provimento dos bens de subsistência. A oferta de alimentos mundial veio acompanhada de uma queda nos preços dos produtos primários no mercado mundial, o que possibilitou a desvalorização da força de trabalho nos países centrais, em que a produtividade foi traduzida em taxas elevadas de mais-valia.

No entanto, o aumento da capacidade produtiva exige também uma elevação do consumo de matérias primas, o que significa uma queda na taxa de lucro. O aumento da produtividade, embora diminua o capital variável aumenta o capital constante, assim, a apropriação pelo capitalista não é da mais-valia, mas de uma parte dela que é revertida em lucro. Mas a taxa de lucro não se dá mediante a alteração do capital variável, mas da totalidade de capital investido em todo o processo. (MARINI, 1973).

Para contrapor essa queda alguns procedimentos são utilizados. Dentre eles o incremento ainda maior da mais-valia e a redução do valor do capital constante. Neste processo, o papel da América Latina é crucial, pois, é ela que possibilita que essas contradições se perpetuem. O aumento da oferta de alimentos e matérias primas é acompanhado da queda dos preços destes produtos, o que permite a redução do

capital constante e a superação dos limites do capital, visto que, apesar da queda dos preços dos alimentos e matérias primas ofertados, o preço dos produtos industrializados permaneceram intactos.

Algumas explicações para essa realidade, por exemplo, a lei da oferta e da procura, o falseamento das leis mercantis, a pressão diplomática e militar das nações industriais auxiliam na compreensão de alguns elementos, mas não revelam em profundidade a estrutura desse sistema.

Com o desenvolvimento do mercado mundial, o uso desses instrumentos se torna cada vez mais irrelevante, pois a estrutura de dominação e subordinação já está consolidada.

De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações. Verifica-se aqui o mesmo fenômeno que se observa no interior das economias industriais: o uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida que começam a jogar mecanismos econômicos que consagram essa subordinação. (MARINI, 1973, p. 5).

No intercâmbio de mercadorias, o valor é determinado, teoricamente, pela quantidade de trabalho socialmente necessário incorporado. No entanto, na prática, diversos mecanismos permitem a transferência de valor, burlando as leis de troca e alterando as formas de fixação dos preços do mercado e da produção de mercadorias.

O aumento de produtividade pode provocar a diminuição dos preços de produção de uma nação, sem, com isso, diminuir os preços do mercado. Isso confere à nação favorecida um lucro extraordinário, provocando maior concorrência entre as nações de produção industrial do que com as de matérias primas. No que se refere às trocas entre nações que produzem classes de mercadorias distintas, o processo é ainda mais desigual. As nações que produzem os manufaturados vendem seus produtos com preços muito superiores ao seu valor, fazendo com que as nações que produzem matérias primas cedam parte do valor para as nações que lhe fornecem os manufaturados.

As nações desfavorecidas diante dessa troca desigual, não buscam alterar essa dinâmica ou alterar esses valores, mas sim compensar o valor cedido por meio da intensificação da exploração da força de trabalho. Seja pelo aumento da jornada de trabalho ou pela intensificação, ou pela combinação dos dois elementos.

Esse processo que garante as elevadas taxas de lucros dos países centrais que se apropriam da mais-valia produzida nos países periféricos confere à América Latina no lugar de uma compensação por esse valor cedido, uma dinâmica perversa na produção interna.

Embora partam de unidades de análise distintas é válido apresentar os estudos de Wallerstein (2001) que no exercício de compreender esse movimento traz a contribuição do sistema interestatal a partir de dois conceitos: o imperialismo e

a hegemonia. O imperialismo diz respeito à dominação de regiões periféricas, em que as estruturas estatais são fracas ou inexistentes, o que possibilita a imposição e dominação de Estados mais fortes e centrais em diversas esferas, econômica, política, militar garantindo a transferência do excedente para as regiões centrais. A hegemonia é a capacidade de um Estado nacional se impor sem que essa imposição provoque conflitos que coloquem em xeque a ordem estabelecida, convencendo as regiões periféricas que há melhoras e avanços nesta forma de organização do sistema.

Se dentro do processo produtivo há uma concentração de excedente nas regiões centrais que possuem mais poder no sistema interestatal, isto significa que a transferência de excedente da periferia para o centro produz uma superexploração do trabalhador da periferia, porque o excedente por ele produzido é apropriado duplamente, pela burguesia estrangeira e pela burguesia nacional que para garantir uma taxa de lucro satisfatória recorre ao processo de superexploração dos trabalhadores. “O capitalista em atividade periférica e integrado ao sistema mundial é, ao mesmo tempo, explorador e explorado, na medida em que parte do excedente que ele extrai de seus trabalhadores é transferida aos capitalistas do centro.” (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 112).

Diante dessa realidade, para compensar a perda de mais-valia para os países centrais a América Latina se apropria de três mecanismos na produção interna: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. (MARINI, 1973). A combinação desses três mecanismos configura um modo de produção baseado, fundamentado pela superexploração da força de trabalho.

Se nos países centrais o aumento da produtividade exigia uma quantidade de maior de matéria prima elevando a composição-valor do capital e provocando uma queda na taxa de lucro, na América Latina o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e os tipos de atividades realizadas possibilitaram por meio do aumento do trabalho uma elevação das taxas de mais-valia e lucro. Exatamente porque na indústria extrativa e na agricultura o aumento trabalho não incide com tanta intensidade sobre o capital constante, porque não precisa de uma elevação de matérias primas, mas do trabalho realizado pelo homem na natureza.

No uso desses três mecanismos é possível afirmar que uma característica essencial prevalece. Ao trabalhador é negada as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho. Com a intensificação do trabalho e prolongamento da jornada de trabalho há um dispêndio de forças que supera as suas possibilidades e que acarreta em seu esgotamento; a expropriação de parte do trabalho necessário para repor sua força de trabalho, até mesmo o acesso ao consumo para sua reprodução em condições normais lhe é retirado. A combinação dos três significa que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor, configurando uma superexploração da força de trabalho. (MARINI, 1973).

A teoria da dependência apresenta diversos elementos e uma discussão bastante

elaborada que pelos limites deste trabalho não podem ser todas expostas neste momento. No entanto, é fundamental para a discussão aqui proposta a compreensão desse processo de superexploração da força de trabalho, porque por meio dela é possível compreender vários processos que dela decorrem e formam além de economicamente, social e culturalmente as realidades desses países dependentes.

Dentro dessa perspectiva teórica várias interpretações surgiram, mas aqui o intuito não é resgatá-las, mas trilhar os caminhos de uma visão que trouxe para a compreensão do Brasil um acúmulo significativo. Florestan desempenha um papel relevante acerca da análise da realidade brasileira. Defendendo a hipótese da existência de uma revolução burguesa no Brasil, revela uma série de elementos que possibilitam uma compreensão do país a partir de uma análise do desenvolvimento do capitalismo.

O processo de industrialização no Brasil ocorreu tardiamente e não conseguiu romper com a dependência, com a dominação imperialista externa. Com a articulação entre as forças retrógradas e a aliança com o setor externo, em 1964 se configura um “modelo autocrático burguês” que se manifesta em uma ditadura burguesa repressora e opressora que revela a verdadeira face da revolução burguesa brasileira não democrática. (FERNANDES, 1975).

Essa aliança com o capital estrangeiro já sobre as bases do capitalismo monopolista intensificou a existência combinada do novo e do arcaico num mesmo espaço e provocou a perpetuação da subalternidade da economia nacional aprofundando sua dependência e diluindo o poder das elites nacionais. (FERNANDES, 1975).

É assim que a Revolução Burguesa no Brasil apresenta um alto grau de singularidade. O envolvimento de agentes modernizadores se limita a determinadas esferas da realidade e, embora acompanhe o processo de formação das classes não considera os elementos políticos, sociais e culturais que nelas residem, revelando assim, as suas particularidades: uma revolução burguesa realizada “pelo alto”, autocrática e autoritária. (FERNANDES, 1975).

As consequências deste processo para a realidade brasileira tem peso incomparável que pode ser identificado em todos os momentos decisivos da história do Brasil. A forma como a elite brasileira sempre empenhou todos os esforços necessários, seja por meio da força ou da cooptação, para impedir a participação da classe trabalhadora nas decisões dos rumos do país. Como diz Vianna (1996) o Brasil “é o lugar por excelência da revolução passiva”.

É certo que todos esses processos realizados “de cima para baixo” tem papel incisivo na construção e formação de uma sociedade civil específica. Não sem resistência e luta as possibilidades de decidir sobre as coisas que lhe dizem respeito sempre foram negadas e continuam sendo à classe trabalhadora.

2.2 Neoliberalismo e Políticas Sociais no Brasil

A adesão ao receituário neoliberal no Brasil aconteceu tardiamente e as consequências desse processo são fundamentais para compreender o desenvolvimento das políticas sociais no país. As políticas de ajuste estrutural fazem parte de um projeto global para a sociedade, denominado neoliberalismo. Os custos pela implementação dessas políticas foram e em certa medida, ainda são muito perversos.

Em meados da década de 1970 o Estado de Bem Estar Social começa ver o declínio das taxas de crescimento, o Estado perde a sua capacidade de “exercer suas funções mediadoras civilizadoras”, a reestruturação produtiva e as tecnologias de redução de “mão-de-obra” impedem a entrada da juventude no mercado de trabalho, contrariando a máxima do pleno emprego e acompanhado do aumento da dívida pública que resultam na grande primeira recessão em 1973 e 1974. (BHERING; BOSCHETTI, 2011, p. 103).

Nesta crise capitalista, os ideais neoliberais começam a ganhar força e espaço. As medidas propostas neste contexto visavam a garantia da estabilidade monetária, a retomada das taxas de crescimento, e soluções para a crise e recessão. No entanto, essas medidas não alcançaram os seus objetivos e provocaram fortes impactos nas condições de vida da classe trabalhadora.

Buscando meios de garantir sua manutenção, o capital, por meio da reestruturação produtiva, do neoliberalismo, do desmonte das funções produtivas do Estado e da desregulamentação dos direitos do trabalho (ANTUNES, 2009) encontra suas possibilidades.

Se por um lado as consequências advindas dessas transformações provocam o aumento do desemprego, a precarização das relações de trabalho e das condições de vida, por outro, por meio da reestruturação produtiva há o aumento da produtividade que se dá não em decorrência da abertura de novos postos de trabalho, mas da mudança no processo de produção, na substituição do modelo fordista/taylorista pelo toyotista.

É neste cenário que se constitui o advento do neoliberalismo, mas na realidade brasileira esse processo acontece de modo distinto. Enquanto os países centrais viviam a implantação do modelo neoliberal, no Brasil estava em voga a Ditadura Militar que tentava concretizar a produção em massa por meio do dito Milagre Brasileiro.

Este processo não ocorreu como na Europa e nos Estados Unidos. Houve a ampliação do mercado interno, mas o processo de internacionalização da economia brasileira não permitiu a realização da redistribuição dos ganhos proporcionados pelo desenvolvimento econômico da ditadura, o que evidencia mais uma vez essa relação de dependência do mercado externo. (BHERING; BOSCHETTI, 2011). O projeto de Modernização Conservadora da ditadura militar em 1974 começa dar sinais de esgotamento e a conjuntura econômica internacional favorece ainda que tardiamente a adoção dos ideais neoliberais.

Soares (2001), ao analisar as consequências desse processo, afirma que os custos das políticas de ajuste no campo social se dão na deterioração das políticas sociais e no agravamento das condições sociais. As particularidades dos impactos sociais das políticas de ajuste dependem de três questões: 1) da estrutura das políticas públicas anteriores ao processo de implementação das políticas de ajuste; 2) das condições sociais de cada formação social e histórica e 3) do tipo e intensidade das políticas de ajuste. (SOARES, 2001).

As políticas de ajuste no Brasil se caracterizam pela sobrevalorização cambial, altos juros internos, liberalização financeira, entrada de capitais especulativos de curto prazo, emissão de títulos da dívida pública e aumento da dívida interna.

Como aderiu tardiamente essas medidas, sua adesão acontece quando o ajuste previsto pelo Consenso de Washington lança mão das “medidas corretivas”: a combinação entre as políticas econômicas, as “reformas do Estado” e os mecanismos de alívio da pobreza.

No entanto, a preocupação com a pobreza não saiu do discurso. Queda nos salários, redução de empregos, informalidade e evasão de impostos. A articulação perversa entre a reestruturação da economia e do setor público acentuou a desigualdade e agravou as condições de reprodução da população que já se encontrava em situação de pobreza. Como alerta Pontes (2005) o combate à pobreza é algo que nunca existiu no Brasil.

Na medida em que cresce o desemprego e a informalidade, o rendimento dos trabalhadores com carteira assinada diminui. É este o cenário constituído com a adoção dessas medidas neoliberais. Acirramento das expressões da questão social, condições precárias de trabalho, informalidade, desemprego, diminuição de renda. E as políticas sociais como se encontram nesse processo?

Na mesma proporção que as condições de reprodução da vida da classe trabalhadora foram intensamente alteradas, as políticas sociais que seriam um caminho que poderia garantir ainda que minimamente essas condições também o foram.

As demandas impostas por esse processo de exclusão e desigualdade decorrentes da aplicação de políticas de ajuste são completamente incompatíveis com as reduções colocadas às Políticas Sociais. Em um contexto de desigualdade máxima, soluções mínimas foram adotadas.

Neste período, os programas de “combate à pobreza” estão associados a uma estratégia de descentralização. Essa descentralização prevê que os municípios sejam responsáveis pela implementação das políticas, o que agrava ainda mais a dificuldade de acesso da população aos serviços, visto que essa transferência para os municípios além de provocar o desmonte das políticas de ordem nacional, não conta com o financiamento necessário. Além disso, “a descentralização de programas sociais tem provocado um enorme reforço do ‘caciquismo’ ou do ‘coronelismo’ local, expressões que no Brasil significam o reforço de esquemas tradicionais de poder das elites locais”. (SOARES, 2001, p. 177).

As organizações e articulações feitas pelo governo dos municípios, ainda que em alguma medida seja exitoso, não tem capacidade para substituir a atuação do Governo Federal e Estadual no que refere aos programas sociais garantindo uma maior homogeneidade das desigualdades no território nacional.

Os ajustes sobre as políticas sociais vieram acompanhados de “Reformas do Estado”. Caracterizadas por cortes quantitativos, alteração da gestão dos serviços públicos submetidos a uma lógica privatista e mercantilizada.

A Seguridade Social brasileira sofreu alterações significativas em sua cobertura, universalidade e equidade. É válido salientar que esses processos que iniciaram na década de 1990 com a adoção das ideias neoliberais permanecem e se intensificam na atualidade. De acordo com Soares (2001) a principal ofensiva naquele momento foi no âmbito da previdência, e hoje, os ataques continuam.

A reforma da previdência ainda aguarda a aprovação da Câmara dos Deputados e do Senado, no entanto, as pressões para sua efetivação são cada vez mais incisivas. Em uma reportagem da Folha de São Paulo sobre o posicionamento do PMDB isto se evidencia. “Se a reforma da Previdência não sair: Tchau, Bolsa Família; Adeus, Fies; Sem novas estradas; Acabam os programas sociais”. Acrescido a este processo, podemos citar a privatização da saúde, da educação, a terceirização dos serviços e diversas iniciativas que contribuiu e contribuem para o desmonte das políticas sociais.

No caso da assistência médica, esse processo se torna ainda mais complexo. A cobrança por serviços essenciais cria uma dualidade no acesso aos serviços. De um lado, o setor público para os pobres e sem investimento. De outro, o setor privado para os que podem pagar e com subsídio de recursos públicos.

Outra modificação que merece destaque no que se refere às Políticas Sociais no contexto do neoliberalismo é o financiamento. Associada à redução de arrecadação e cortes nos gastos públicos está o Fundo Social que foi convertido em Fundo de Estabilização que retinha 20% dos recursos previstos para os ministérios do Governo Federal, sem nenhum tipo de vinculação.

Ao retomar as três questões que determinam os impactos sociais das políticas de ajuste é possível identificar que na realidade brasileira, os efeitos foram extremamente perversos exatamente porque a formação social e histórica do Brasil já apresenta particularidades próprias de um capitalismo dependente. O sistema e estrutura das políticas sociais anteriores ao ajuste era recente, estava praticamente em fase de implementação e efetivação e a adoção das políticas de ajuste foi intensa. A confluência desses três elementos foi essencial para um retrocesso das políticas sociais que tinham acabado de serem reconhecidas na Constituição de 1988. O legado desse período é uma visão focalista, emergencial e parcial, que confere ao indivíduo a responsabilidade por sua condição, criando nomenclaturas modernas que enfatizem saídas individuais.

3 | CONCLUSÃO

Os avanços e retrocessos que constituem a trajetória das políticas sociais estão inseridos numa estrutura que extrapola o âmbito social. É por isso que se faz necessário retomar as características próprias de um país de capitalismo dependente. No entanto, o fato de compreender que o desenvolvimento do capitalismo se dá de maneira distinta nos países periféricos não é o bastante para definir o seu processo de formação, visto que além de ser um país de capitalismo dependente o Brasil, assim como os outros países, apresenta elementos que decorrem do seu processo de formação histórica, que é sim determinada pelo desenvolvimento do capitalismo mundial, mas que possui particularidades que se referem às formas como ao longo da história em momentos decisivos as elites dominantes decidiram os rumos do Brasil.

Concentração do poder político, de riquezas, de renda, de terras. Um país marcado pela concentração e na mesma proporção pela socialização da desigualdade. De acordo com dados do relatório divulgado pelo Ministério da Fazenda, os 5% mais ricos detêm 28% da renda total e da riqueza. Pesquisas apresentadas pela Carta Capital afirmam que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo.

Essa desigualdade se manifesta de inúmeras maneiras no cotidiano da classe trabalhadora, que está submetida não só a essa desigualdade advinda da concentração de riqueza, mas a todos os processos e medidas adotadas para a perpetuação do capitalismo mundial.

Neste sentido, as reflexões aqui apresentadas e o caminho construído para motivá-las partem da compreensão que as políticas sociais em países de capitalismo dependente apresentam particularidades que estão relacionadas com a forma como o capitalismo se desenvolveu. Isto é fundamental para superar análises superficiais e simplistas, tanto no que se refere à valorização exacerbada das políticas sociais como a sua crítica radical.

É recorrente a crítica às políticas sociais no sentido de percebê-las frágeis, focalizadas e pontuais. E por outro lado, como um grande avanço ao ponto de exaltá-las além daquilo que realmente são. No entanto, ambas as visões se desconectadas desse movimento dialético da realidade e do contexto em que se originaram e desenvolveram podem ser nada mais que constatações que conduzem a estagnação. Como Marx sinalizou é preciso conhecer a gênese. É preciso conhecer o que são as políticas sociais hoje e o porquê de serem assim. É somente essa visão da totalidade do processo que pode possibilitar a construção de novos horizontes.

Pastorini (1997) ao analisar as políticas sociais problematiza se elas seriam concessão do Estado ou conquista da classe trabalhadora. Yazbek (2015) coloca em discussão se elas são instrumentos que reforçam a subalternidade ou propicia o protagonismo. Embora as pesquisas aconteçam em momentos distintos, elas auxiliam a compor o panorama de contradição em que está situada a política social.

Concessão ou conquista; subalternidade ou protagonismo? Talvez o equívoco se

encontre em querer definir a política social como isso ou aquilo, quando na verdade ela é a combinação desses contrários. O que é compreensível, estranho seria se assim não o fosse, visto que ela é gestada exatamente neste seio de contradição.

A discussão apresentada longe de esgotar as reflexões acerca da política social, visa somente contribuir para uma compreensão crítica dela na contemporaneidade a partir de uma análise do processo de formação histórica que a originou, evidenciando que adjetivos que a qualificam e formas de se realizar no presente são marcas que acompanham a trajetória política do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALEGRETTI, Laís. “Se reforma da previdência não sair, tchau, Bolsa Família!” diz PMDB. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 março 2017. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1863455-se-reforma-da-previdencia-nao-sair-tchau-bolsa-familia-diz-pmdb.shtml>>. Acesso em: 5 março 2017.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. **Economia Política do Moderno Sistema Mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi**. Santa Catarina, 2007. Disponível em: < <http://cnm.ufsc.br/files/2013/09/wagner04-04.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2017.
- BEHRING, Elaine Rossetti.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 2. 213 p.
- BRASIL. **Ministério da Fazenda**. Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira. Disponível em: <<http://www.spe.fazenda.gov.br/noticias/distribuicao-pessoal-da-renda-e-da-riqueza-da-populacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>>. Acesso em: 4 março 2017.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- IAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2016**. Disponível em: < <http://br.advfn.com/indicadores/pnad/2016>>. Acesso em: 4 março 2017.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 1973. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2017.
- PASTORINI, Alejandra. **Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquistas”**. In: Serviço Social & Sociedade (53). São Paulo: Cortez, 1997.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: < http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- SALES, Robson. Brasil perde empregos com carteira assinada; trabalho informal sobe. **Valor econômico**, 24 fev. 2017. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/brasil/4880504/brasil-perde-empregos-com-carteira-assinada-trabalho-informal-sobe>>. Acesso em: 2 março 2017.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste na América Latina**. Paraná, 2014. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/IMEA/AJUSTE%20NEOLIBERAL%20E%20DESAJUSTE%20SOCIAL%20NA%20AM%C3%89RICA%20LATINA%20Laura%20Tavares.pdf>>. Acesso: 26 fev. 2017.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101003020857/9cap08.pdf>>. Acesso em 26 fev. 2017.

VIANNA, Luiz Werneck. **Caminhos e descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira**. vol. 39 n.3, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004>. Acesso em 15 fev. 2017.

VILLAS-BÔAS, Marcos de Aguiar. A concentração de renda é maior do que se imagina. **Carta Capital**, 14 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/brasil-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-148-0



9 788572 471480